

**Requerimento de Informação nº                   ,de 2009**  
(Do Senhor André Vargas)

Solicita informações ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, quanto ao andamento dos trabalhos da Comissão Especial Interministerial de Anistia – CEI e aos impactos decorrentes da aprovação do PL 5030/2009.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão pedido de informações relativas aos trabalhos da Comissão Especial Interministerial de Anistia – CEI, destinada a acompanhar a aplicação das Leis de anistia de nºs 8.878, de 1994; 10.790, de 2003; 11.282, de 2006; e, 10.559, de 2002, bem como esclarecimentos sobre os impactos decorrentes da aprovação do PL 5030/2009, que reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da supracitada Lei nº 8.878/94, do qual fui designado relator na Comissão de Finanças e Tributação.

No sentido de subsidiar meu relatório, considero importante obter as seguintes informações:

- Quantos processos de anistia, até a presente data, já foram deferidos e qual o valor orçamentário já comprometido com esse quantitativo?

- Quantos processos ainda restam para ser julgados por essa Comissão, qual o valor orçamentário de tal despesa e qual a previsão de prazo limite para o seu atendimento?

- Qual a principal dificuldade a ser enfrentada pela gestão pública administrativa, caso o PL 5030/2009, seja transformado em Lei?

- Qual o quantitativo de pessoas abrangidas na proposta do PL 5030/2009 e qual o valor orçamentário reservado para tal despesa?

Sala de Sessões, em                      de 2009.

Deputado André Vargas